

# lava jato

vladimir netto

Adaptação de Hugo Rodrigues

## ÍNDICE

<b>Prefácio: Uma operação transformadora .....</b>	<b>11</b>
<b>Prólogo: De um posto de gasolina ao coração da República ...</b>	<b>15</b>
<b>Capítulo 1: A CASA COMEÇA A CAIR .....</b>	<b>19</b>
Tensão na véspera .....	19
O começo do fim de “Paulinho” .....	24
O ADN do mensalão, o “primo” Beto e a origem da operação Lava Jato .....	30
Velhos conhecidos .....	34
Euros nas cuecas .....	38
Nasce o grupo de trabalho .....	41
O reencontro .....	45
“Vai tornar-se num inferno” .....	46
Mão firme .....	48
<b>Capítulo 2: AS DENÚNCIAS ABREM O CAMINHO .....</b>	<b>54</b>
O dia em que a operação Lava Jato parou .....	54
A defesa desenha estratégias .....	58
Ameaças explícitas .....	61
Diálogo na carrinha celular .....	62
A primeira denúncia .....	66
O novo acordo de Alberto Youssef .....	70
O juiz, o cambista e o ex-diretor da Petrobras .....	75
Tensão pré-eleitoral .....	81
Abriram-se as portas .....	83
<b>Capítulo 3: A HORA DO JUÍZO FINAL .....</b>	<b>91</b>
Que país é este? .....	91
“Todos somos iguais” .....	95
Remédio amargo contra a corrupção .....	98
A prisão muda o homem .....	103
Rastilho de pólvora .....	109
<b>Capítulo 4: A DEFESA CONTRA-ATACA .....</b>	<b>115</b>

Sérgio Moro e Rodrigo Janot sob pressão .....	115
A defesa recorre ao ministro da Justiça .....	124
Ascensão e queda da Petrobras .....	131
O dia em que o tesoureiro tremeu .....	137
<b>Capítulo 5: A LISTA DE JANOT .....</b>	<b>142</b>
“Quem tiver de pagar, vai pagar” .....	142
Dia histórico no STF: 47 políticos sob investigação .....	148
A ira dos investigados .....	158
Embate entre a PF e o MPF .....	166
<b>Capítulo 6: UM ANO DE ESTRADA .....</b>	<b>169</b>
Personalidade do Ano .....	169
O caminho já trilhado .....	174
A arte de lavar dinheiro .....	176
Os primeiros políticos na prisão .....	180
A prisão do tesoureiro .....	187
Empreiteiros em liberdade .....	190
<b>Capítulo 7: O DIA D NA CIDADELA .....</b>	<b>195</b>
A Odebrecht na mira da PF .....	195
Primeiro dia na prisão .....	202
“Destruir <i>e-mail</i> sondas” .....	208
“Camarilha dos quatro” .....	215
Novas fronteiras da investigação .....	216
<b>Capítulo 8: “AQUI ESTAMOS”,</b>	
<b>AVISA O PROCURADOR-GERAL .....</b>	<b>220</b>
53 mandados de busca contra políticos .....	220
A Lava Jato incendeia o Congresso .....	227
A nova queda de José Dirceu .....	230
Surge o caso Consist .....	235
O realismo de Moro .....	238
A melancólica CPI .....	241
<b>Capítulo 9: O IMPÉRIO DA LEI .....</b>	<b>245</b>
Sentenças e denúncias .....	245
A arguição de Janot .....	247
As primeiras sentenças .....	250
A condenação dos empreiteiros .....	251
A dura pena de Renato Duque .....	253
Remédio amargo para Cerveró .....	256
Políticos condenados .....	257

Denúncia questionada .....	261
Contas na Suíça .....	262
<b>Capítulo 10: OS FACTOS, AS PROVAS,</b>	
<b>A LEI... E A OPINIÃO PÚBLICA .....</b>	<b>265</b>
Um quebra-cabeças incompleto .....	265
A primeira segmentação .....	266
Um balanço da Lava Jato .....	270
Julgar peixes grandes .....	275
Quando o caminho é falar .....	278
A hora do amigo de Lula .....	282
<b>Capítulo 11: UM FIM DE ANO COMO NINGUÉM ESPERAVA</b>	
<b>E UM INÍCIO COM GRANDES NOVIDADES .....</b>	<b>289</b>
Um senador detido no exercício do mandato .....	289
A gravação .....	292
A decisão do Supremo .....	296
Congresso levado ao extremo .....	299
A triste realidade da prisão .....	305
Eduardo Cunha apresenta a sua arma: a destituição ...	311
Buscas na residência oficial do presidente	
da Câmara dos Deputados .....	314
O pedido de afastamento de Cunha .....	315
Mar de lama .....	319
A denúncia de Delcídio .....	321
<b>Capítulo 12: ALETHEIA — A BUSCA DA VERDADE ...</b>	<b>325</b>
Lula no centro da Lava Jato .....	325
Depoimento no salão presidencial .....	328
Propriedade investigada .....	332
Sem descanso na quinta dos amigos .....	334
O aprofundamento das investigações .....	337
“A jararaca (serpente) está viva” .....	343
A maior manifestação da história .....	347
Lula sob escuta .....	349
A posse .....	354
Lula denunciado, Dilma investigada .....	358
<b>Epílogo: O futuro está em aberto .....</b>	<b>361</b>
<b>Agradecimentos .....</b>	<b>374</b>
Índice de siglas .....	378



## PREFÁCIO

# UMA OPERAÇÃO TRANSFORMADORA

Por Fernando Gabeira

A operação Lava Jato ainda não terminou e talvez não termine tão cedo. Mas quando o jornalista Vladimir Netto colocou o ponto final neste livro, já era uma operação transformadora, que desvendara, com competência, o maior escândalo da história do Brasil.

Inspirada na operação Mãos Limpas, que estremeceu a Itália nos anos noventa, a operação Lava Jato é um extraordinário trabalho de equipa que conseguiu, sobretudo, provar com factos e documentos a inescapável realidade de que a Petrobras foi saqueada e que os saqueadores levaram os recursos da empresa para fora do Brasil.

O autor conta, ao detalhe, a génese da operação Lava Jato e os seus principais desenvolvimentos — da surpresa perante a dimensão do problema ao aparecimento dos seus inevitáveis tentáculos. E, passo a passo, vai desnudando a engrenagem apodrecida que ligava as empreiteiras aos partidos no poder.

Em relação às personagens, são apresentadas nas suas mais importantes intervenções. Desde a cambista ilegal de dólares do género coquete ao sóbrio juiz, todas são retratadas através dos seus movimentos no próprio processo. E para conhecer o protagonista desta história, o juiz Sérgio Moro, a melhor maneira é analisar o seu trabalho: o grande conhecimento técnico, as perguntas meticulosas, as sentenças fundamentadas e a coragem de enfrentar a pressão dos advogados mais bem pagos do país.

Foram tão contundentes os factos apresentados pela operação que os seus adversários não tiveram outro caminho exceto criticá-la na forma. Mas a própria Justiça brasileira reconheceu a sua legitimidade, dando-lhe a vitória em inúmeras discussões.

Um dos momentos mais tensos aconteceu quando a operação Lava Jato levou o ex-presidente Lula a depor, baseando-se no princípio de que

todos são iguais perante a lei. Até àquele momento, tinham sido feitas 116 prisões preventivas. Ninguém protestara. No entanto, no caso de Lula, havia ainda a suposição de que era um símbolo nacional e que merecia respeito. Nesse modelo de pensamento, é aceitável o princípio de que a lei vale para todos — menos para os símbolos.

Os procuradores da equipa de trabalho da Lava Jato não se limitaram ao trabalho áspero de desmontar uma organização criminosa que unia, num só caso, os maiores empreiteiros do país e os principais partidos da base do governo. Perceberam que era necessário modificar e fortalecer a lei para que o Brasil não se tornasse uma presa fácil dos políticos e dos empresários corruptos. Fizeram uma proposta para acabar com a impunidade no país, “As 10 medidas contra a corrupção”, que conseguiu mais de 2 milhões de assinaturas e que se tornou num projeto-lei de iniciativa popular, que tramitou no Congresso.

Uma forma de ler este livro é observar como cada movimento da Lava Jato foi determinando a agenda política no Brasil, levando o país a concentrar-se na tarefa histórica de combater a corrupção. O que se ouvia com regularidade em Brasília era o seguinte: nada será como dantes e não se sabe quem ficará de pé. Os nomes dos parlamentares não paravam de aparecer, com destaque para os presidentes da Câmara, Eduardo Cunha, e do Senado, Renan Calheiros.

Mesmo na frente económica, a operação encontrou resistência. O que acontecerá se as maiores empresas do país se fragmentarem? O que fazer com a multidão de desempregados? O problema é que, independentemente da Lava Jato, os limites da própria economia indicavam que a “festa” tinha acabado.

A inflação, o desemprego e a crise viriam de qualquer maneira, porque são gerados pelas próprias leis do universo económico.

Gastámos mais do que podíamos, esta é a primeira constatação. A segunda, imposta pelos factos revelados nas investigações, é que, além de gastar a rodos, o governo montou uma extensa máquina de corrupção nas empresas estatais.

Os terramotos políticos que a operação ainda provocará, tremores isolados e tardios que abalarão as estruturas de Brasília — tudo isso pertence ao futuro. E, por falar no futuro, a operação Lava Jato, como se não bastasse o seu desempenho técnico, colocou-nos em contacto com a perspetiva de um país livre dos saqueadores e dos salvadores da pátria que nos atiraram para o buraco. A sua consagração aconteceu no dia 13 de março de 2016,

quando milhões de pessoas foram para as ruas, na maior manifestação política da história brasileira, e não se limitaram a pedir a queda do governo, mas sim a expressar a sua indignação com a extorsão escandalosa.

Foi um alento para quem quer ver as investigações chegarem até às últimas consequências, revelando o processo de corrupção que domina a política brasileira e parte do mercado. A busca da verdade não acabou com o fim do governo. Conhecer a operação Lava Jato e a sua trajetória, portanto, é conhecer uma das maneiras pelas quais o Brasil pode construir um novo caminho para dificultar a corrupção e puni-la com severidade.



## PRÓLOGO

# DE UM POSTO DE GASOLINA AO CORAÇÃO DA REPÚBLICA

Quinta-feira, 17 de março de 2016

Por ironia do destino, a posse do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva como ministro-chefe da Casa Civil aconteceu no dia em que a operação Lava Jato comemorava o seu segundo aniversário. Não foi uma ocasião festiva. O país, em convulsão política, assistia a manifestantes contra e a favor do governo a ganharem as ruas. Um grupo exigia a renúncia da presidente Dilma Rousseff, com o “Fora Dilma, fora PT!”. Outro gritava: “Não vai haver golpe!” Em frente ao Palácio do Planalto, onde acontecia a cerimônia, enfrentavam-se numa ruidosa e tensa batalha de palavras de ordem e insultos.

Lula estava no meio do turbilhão. Nos últimos meses, o cerco da operação Lava Jato vinha-se fechando em torno dele. Alguns dias antes, a 4 de março, às seis da manhã, o ex-presidente, vestido com um fato de treino, abriu a porta do seu apartamento em São Bernardo do Campo.

Eram 15 homens da Polícia Federal com um mandado de prisão preventiva para levá-lo a depor. Lá em baixo, uma carrinha branca do Comando de Operações Táticas (COT), a tropa de elite da Polícia Federal, estava a postos para entrar em ação em caso de necessidade. Naquele momento ficou claro que Lula se tornara o alvo principal das investigações.

Apesar da negação do ex-presidente, havia suspeitas de que ele seria o verdadeiro proprietário de um triplex em Guarujá e de um sítio em Atibaia, que estavam em nome de outras pessoas. O Ministério Público Federal procurava explicações para as reformas e melhorias feitas nesses imóveis e pagas pelas empreiteiras OAS e Odebrecht e pelo ganadeiro José Carlos Bumlai, também na mira da Justiça.

O caminho que levou a operação Lava Jato até ao líder do PT foi longo, tortuoso e cheio de factos inesperados. O primeiro ato da operação foi a quebra de sigilo num posto de gasolina — o Posto da Torre, em Brasília —,

para obter informações sobre cambistas ilegais de dólares envolvidos numa lavagem de dinheiro no Paraná. As escutas levaram à prisão de alguns deles, incluindo Alberto Youssef, que iria tornar-se uma peça-chave da operação. No dia 17 de março de 2014, quando a polícia chegou ao hotel Luzeiros, em São Luís, no Maranhão, para prender o cambista ilegal, ninguém imaginava aonde aquilo iria chegar. Talvez só o próprio Youssef.

No meio da madrugada, ao perceber que a Polícia Federal andava atrás dele, Alberto Youssef teve a certeza de que teria de estar de novo cara a cara com o juiz Sérgio Moro, da 13.<sup>a</sup> Vara Federal de Curitiba, que já o condenara anos antes no caso Banestado. Teve medo, mas não tentou fugir. Preferiu enfrentar o seu destino. A prisão de Youssef trouxe à tona as suas ligações perigosas com o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa. Puxando o fio da meada, os investigadores revelaram um gigantesco esquema de corrupção na Petrobras envolvendo dirigentes da empresa estatal, grandes empreiteiras e políticos de base do governo. A operação Lava Jato detonou a mais eletrizante sucessão de eventos da história recente do Brasil. Houve vários momentos dramáticos, como o dia, em março de 2015, em que a lista do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, foi aceite pelo Supremo Tribunal Federal, o que abriu uma investigação a 49 pessoas, entre elas 47 políticos. Ou o dia em que a Polícia Federal bateu à porta do quarto de um hotel de Brasília, onde estava hospedado o então senador e líder do governo Delcídio do Amaral. Ao ouvir a voz de prisão, perguntou: “Isso pode ser feito com um senador no exercício do mandato?” Nunca tinha acontecido antes. A operação foi marcada por uma sucessão de acontecimentos surpreendentes. Rompeu todas as barreiras, derrubou mitos e tradições e mostrou que é possível mudar o que necessita de ser mudado. Dois anos depois do seu início, a operação Lava Jato chegou ao coração da República.

No dia 13 de março de 2016, milhões de brasileiros tinham saído às ruas para protestar contra Dilma, Lula, o PT e a corrupção. Foi a maior manifestação da história do país. Três dias depois, Lula da Silva foi nomeado para a Casa Civil, o que provocou uma nova onda de indignação e de protestos, desta vez em frente ao Palácio do Planalto. A ida do ex-presidente para o governo foi entendida como uma tentativa desesperada de lhe dar um foro privilegiado, para fugir do juiz Sérgio Moro, que estava a demonstrar rigor e coragem na condução dos processos da Lava Jato, fazendo valer o princípio de que a lei é igual para todos. Aliás, nesta história, todos tentam fugir de Moro. No mesmo dia em que a nomeação de

Lula foi anunciada pelo governo, Moro tomou a decisão de suspender a escuta legal que estava a ser feita aos telefones do ex-presidente e tornar públicas as gravações das conversas dele com amigos, ministros e até com a presidente da República.

Foi a mais polémica das suas decisões. Um dos diálogos, entre Lula e a presidente Dilma, incendiou o país:

— Lula, deixa-me dizer-te uma coisa.

— Diz, querida. Ahn.

— É o seguinte, eu ‘tou a mandar o “Bessias” junto com o papel p’ra nós o termos, e só o usas em caso de necessidade, que é o termo de posse, ‘tá?! — diz Dilma.

— Uhum. ‘Tá bem, ‘tá bem — responde Lula.

— Apenas isso, espera que ele ‘tá a ir para aí.

— ‘Tá bem, eu ‘tou aqui, fico à espera.

— ‘Tá?!

— ‘Tá bem.

— Xau.

— Xau, querida — despede-se o ex-presidente.

Os investigadores viram na conversa uma tentativa de obstruir a justiça, uma medida para evitar uma possível prisão de Lula. O governo de Dilma viu na gravação um crime contra a segurança nacional. A divulgação desse diálogo, gravado poucas horas antes, teve o efeito de mobilizar multidões.

Ao fim da tarde, em Brasília, quando saíam do trabalho, as pessoas iam engrossar o coro em frente do Palácio do Planalto, e gritavam uma palavra de ordem forte: “Renuncia!” Todos os atores da cena política ficaram estupefactos. Ninguém sabia o que iria acontecer naquele momento.

No dia seguinte, 17 de março, durante a cerimónia de posse, cheia de apoiantes, a presidente fez um duro discurso onde defendia Lula, a quem chamou de “o maior líder político deste país”. A presidente repudiou a versão de que a conversa sobre o termo de posse tivesse o objetivo de dar um foro privilegiado ao companheiro de lutas e de conquistas. Dilma disse que não abriria mão de uma apuração profunda dos factos. Queria saber quem autorizara a escuta, por que a autorizara e por que permitira que fosse divulgada.

“Convulsionar a sociedade brasileira em cima de inverdades, de métodos esconsores, de práticas criticáveis viola princípios e garantias constitucionais, viola os direitos dos cidadãos e abre precedentes gravíssimos. Os golpes começam assim”, disse a presidente.

Pouco depois, a nomeação de Lula para o ministério foi suspensa por uma decisão preliminar da Justiça Federal, confirmada posteriormente pelo ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF). Lula nunca chegou a ocupar o cargo. No meio da confusão daqueles dias, o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, inimigo declarado de Dilma, viu o clima propício para dar início aos trabalhos da comissão que analisaria a admissibilidade do processo de afastamento da presidente. Naquela tarde, a Câmara dos Deputados escolheu a Comissão Especial do *Impeachment*.

A semana terminou com grandes manifestações “contra o golpe e em defesa da democracia” em todos os estados. Os militantes gritavam a favor do governo, do ex-presidente Lula e do PT, inclusive em frente do Congresso. Lula compareceu ao maior evento, na avenida Paulista, onde foi ovacionado depois de fazer um discurso dizendo que seria “Lulinha paz e amor” novamente. Nesses protestos contra a destituição, o juiz Sérgio Moro, considerado herói nas manifestações ocorridas dias antes contra o governo, era visto como um vilão.

No dia 17 de abril de 2016, por 367 votos a favor e 137 contra, a Câmara deu prosseguimento à destituição e, a 12 de maio, o Senado autorizou a abertura do processo contra a presidente Dilma Rousseff, que acabou por ser afastada. Mas, antes dela, caiu o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha. Réu da Lava Jato, ficou com o seu mandato suspenso pelo STF.

Naquelas semanas vertiginosas de 2016, a operação ocupou todos os espaços da discussão pública, tornou-se um verdadeiro assunto em todos os bares e em todas as reuniões políticas, mobilizou plateias nos teatros, dominou as redes sociais e invadiu as relações familiares. O país girava em torno dela. Independentemente do que aconteça daqui em diante, com cada uma das muitas personagens envolvidas, a operação entrou para a história. De março de 2014 a março de 2016, passou de uma perseguição a um conhecido doleiro<sup>1</sup> para a definição de quais seriam as regras do exercício do poder no Brasil. Não faz o menor sentido perguntar, ainda, se a operação Lava Jato levará a algum resultado. A operação levou o Brasil para a sua mais dramática hora da verdade.

---

<sup>1</sup> Doleiro - cambista ilegal de dólares.

## CAPÍTULO 1

### A CASA COMEÇA A CAIR

16 de março de 2014

#### TENSÃO NA VÉSPERA

Na noite daquele domingo, a Polícia Federal (PF) estava a vigiar Alberto Youssef na cidade de São Paulo. Era o principal alvo da operação Lava Jato, marcada para começar no dia seguinte. Na cidade de Curitiba, na coordenação da operação, o delegado Márcio Anselmo tratava dos últimos detalhes das buscas e das prisões que iriam ser realizadas nas horas seguintes.

Especialista em crimes financeiros, tinha conseguido, com apenas dois agentes, no meio de uma greve na PF, puxar o fio do novelo que o levaria à Lava Jato. Tinha conduzido a investigação até ao momento. Era a hora de colocar os carros nas ruas. Alberto Youssef morava num amplo apartamento na Vila Nova Conceição, em São Paulo, avaliado naquele ano em 3,8 milhões de reais, um prédio em que o rendimento dos moradores poderia ser calculado pela taxa de condomínio, fixada à época em 3.094 reais, e pelos carros de luxo que entravam e saíam da garagem. Os quatro polícias enviados para prender Youssef tinham-se hospedado num hotel próximo. Por volta das oito horas da noite, dois deles foram para a loja do posto de gasolina perto do prédio. Pediram um café, e o chefe da equipa, o comissário Luciano Flores de Lima, que viera do Rio Grande do Sul para reforçar a operação Lava Jato, traçou a estratégia de abordagem: “Amanhã chegamos lá, uma viatura para aqui na entrada, a outra entra logo quando abrir o portão. Aí apanhamos o segurança de testemunha...”

A ronda na véspera da operação fazia parte da rotina. Sabiam que a chegada ao prédio teria de ser firme e rápida para não dar tempo a que o investigado fosse informado pelo porteiro e apagasse alguma prova, como por exemplo deitar fora uma *pen drive*. Youssef era um alvo arisco e experiente. Andava em vários carros e tinha um sem-número de telemóveis. Era esperto. Tanto que os polícias não o viram quando saiu de casa naquela noite. Tinham voltado ao

hotel para descansar, porque tinham de acordar de madrugada para dar início à operação. Às seis horas, iriam começar as detenções. Mas a noite foi longa e cheia de surpresas. Em Curitiba, por volta das onze horas, Márcio Anselmo recebeu um alerta: os sinais do telemóvel de Youssef tinham sido captados pela antena que fica ao lado do aeroporto de Congonhas pouco depois das nove e meia da noite. Em seguida, o sinal tinha desaparecido. Youssef poderia estar em fuga. Márcio Anselmo ligou para São Paulo e avisou a equipa. O alvo estava em local desconhecido. Numa entrevista exclusiva para este livro, Alberto Youssef contou o que aconteceu naquele dia:

“Já tinha marcado o avião na sexta-feira. Estava tudo pronto para descolar às nove e meia da noite de domingo. Saí de casa às nove. Os “tipos” não perceberam, perderam a oportunidade. Saí normalmente, olhei bem para os retrovisores e prestei atenção se havia alguém a seguir-me. Fui diretamente para o hangar. Cheguei lá e o avião demorou um pouco a ficar pronto. Estava tudo tranquilo. A noite estava boa, foi um bom voo.”

No começo da madrugada, o sinal do telemóvel reapareceu. O cambista ilegal ligou o telefone ao aterrar no seu destino. Estava em São Luís, no Maranhão. “Poderia não ter ligado o telemóvel, não ia ligá-lo. Mas tinha um encontro com a minha filha e quis avisá-la que estava tudo bem”, explicou Youssef.

Assim, na primeira hora do dia 17 de março de 2014, a data marcada pela Polícia Federal para prender o cambista e vários outros suspeitos, Alberto Youssef atravessou o pátio do aeroporto e entrou num táxi. Às duas horas da manhã, chegou ao hotel Luzeiros, na Ponta do Farol, bairro nobre da capital maranhense. Levava duas malas pretas, grandes e idênticas.

Estava acompanhado de um homem que carregava uma mala menor e uma caixa de vinho debaixo do braço. Os dois foram filmados pelas câmaras de vigilância quando se encostaram ao balcão para fazer o *check-in*. Marco Antônio de Campos Ziegert, também conhecido como Marcão, registou-se no apartamento 1312. Youssef ficou com a chave do 704. Os dois conversaram tranquilamente, sem o menor sinal de que soubessem do cerco que começava a formar-se. No entanto, Youssef andava meio desconfiado. Sabia que havia algo em andamento. Tinha tomado cuidados extra. Tentava descobrir alguma coisa. Enquanto não tinha certezas, seguia a sua rotina.

Horas antes de ser preso, estava num quarto de hotel com uma mala cheia de dinheiro, uma situação relativamente comum na sua vida.

A seu lado, repousavam 1,4 milhões de reais em dinheiro vivo. O montante fazia parte de uma operação que Youssef estava a orientar para resolver de vez o problema de um amigo e sócio: Ricardo Pessoa, presidente da UTC Engenharia. A construtora UTC/Constran, de Pessoa, tinha uma rogação de pouco mais de 113 milhões de reais a receber do governo do Maranhão. A luta arrastava-se há anos na Justiça. Mas Youssef disse que tinha contactos no Estado e prometeu dar uma ajuda. Demorou alguns meses, mas a questão foi resolvida. Youssef teve reuniões com membros do governo do Maranhão e conseguiu selar um acordo assinado com a UTC/Constran, aprovado pela governadora Roseana Sarney em novembro de 2013. A dívida seria paga em 24 parcelas de 4,7 milhões de reais.

Quando a primeira parcela caiu na conta da UTC, a empresa comemorou. Walmir Pinheiro Santana, o então diretor financeiro da construtora, enviou um *e-mail* para Youssef, e fez um envio do mesmo para Ricardo Pessoa, em que o chamou de “primo” e elogiou a sua dedicação ao caso: “Sei perfeitamente o quanto foi duro fechar esta operação, foram quase 6 meses de idas e vindas (...) agora é torcer para que o MA<sup>2</sup> honre com as demais parcelas.” Youssef respondeu: “Walmir, obrigado, mas todos merecem os parabéns, sem a ajuda de todos os envolvidos não seria possível esse acordo. Vamos agir prudentemente até que termine com sucesso, abraço.” No rodapé da mensagem, o aviso: “Enviado do meu smartphone BlackBerry 10.” Alberto Youssef não o sabia, mas o BlackBerry estava sob escuta da PF. Para os investigadores, no dia em que a operação Lava Jato rebentou, Youssef estava em São Luís para tratar do acordo com o governo estadual, que previa pagamentos todos os dias cinco de cada mês. A parcela de fevereiro tinha sido paga no prazo, mas a de março estava atrasada.

Assim que os polícias federais descobriram que o cambista estava na capital maranhense, começaram a ligar para os hotéis. O delegado Márcio Anselmo conhecia a cidade. Tinha participado na operação Boi Barrica, que envolveu a família Sarney, e sobre a qual, por longo tempo, o jornal *O Estado de São Paulo* não pôde publicar nada por ordem judicial. Um polícia da equipa ligou para um dos hotéis da lista.

- Hotel Luzeiros, bom dia — atendeu a rececionista.
- Alberto Youssef, por favor.

---

<sup>2</sup> MA - Estado do Maranhão.

— Só um momento — disse a rececionista, procurando o nome na lista. A ideia do delegado era apenas ter a certeza de que Youssef estava lá, mas a funcionária transferiu imediatamente a ligação para o quarto 704.

Youssef assustou-se quando o telefone tocou tão tarde.

— Estou?

Desligaram.

Youssef ficou assustado. “Só pode ser algum problema, aconteceu alguma coisa”, pensou. Andava com muito dinheiro. Desceu imediatamente até à receção e pediu o número de onde fora feita a chamada. Pegou num papel e o código DDD era de Curitiba. Subiu e marcou o número de telefone.

— Polícia Federal — disse alguém.

— Desculpe, foi engano.

Desta vez, foi Youssef que desligou. Já não tinha dúvidas: ia ser preso.

Sabia que a PF chegaria ao amanhecer porque a lei brasileira só permite prisões à noite em caso de flagrante delito. Mas ainda tinha algumas horas.

E agora? Tinha dinheiro, um avião fretado e a certeza de que seria preso. Por que não fugiu? “Prefiro sempre enfrentar os problemas de cara limpa. Eu sabia que era de Curitiba, sabia que era o Sérgio Moro, só podia ser”, disse Youssef.

Ainda no hotel, sentou-se na beira da cama e refletiu um pouco. “A minha única preocupação era não ser apanhado com aquele dinheiro, não ser apanhado com nada. Mas não deitei fora nenhum telemóvel. P’ra mim, àquela hora estava tudo sob escuta. Se eu deitasse o telemóvel fora, ia criar outro problema, estaria a destruir provas”, garantiu o cambista ilegal.

As câmaras de segurança do hotel filmaram Alberto Youssef a sair do quarto às três e meia da madrugada, e levava apenas uma das suas malas pretas. Entrou no elevador e apertou o botão do 13.º andar. Quando a porta se abriu, foi até ao quarto 1312, onde estava hospedado o amigo Marco Antônio. Dez minutos depois, voltou sem a mala. Deixou 1,4 milhões de reais, em dinheiro vivo, com Marcão. “Fui ao quarto do Marcão, deixei lá o dinheiro e disse-lhe: ‘Quero que entregue isto se acontecer alguma coisa comigo.’ Ele perguntou-me: ‘Algum problema?’ Respondi-lhe: ‘Acredito que às seis horas da manhã vou ter alguém a bater à porta do meu quarto. Acho que vou ser preso pela Polícia Federal de manhã. E acho que vêm de Curitiba.’”

Segundo o que Youssef contou depois, o dinheiro era para ser entregue a João de Abreu, então secretário da Casa Civil da governadora Roseana. Num depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da

Petrobras, em maio de 2015, Youssef disse que “até onde eu tenho conhecimento, o dinheiro chegou [às mãos de João de Abreu]”. Antes da entrega desse 1,4 milhões de reais, Youssef já tinha enviado duas outras remessas de 800 mil reais cada para o secretário. Os seus carregadores de dinheiro, Rafael Angulo Lopez e Adarico Negromonte Filho, irmão do ex-ministro das Cidades, Mário Negromonte, contaram à polícia que levaram as luvas até ao Palácio dos Leões, em São Luís, “enroladas” no corpo. O advogado de João de Abreu, Carlos Seabra de Carvalho Coelho, negou que o seu cliente tenha recebido qualquer valor de Alberto Youssef. Em agosto de 2015, a Polícia Civil do Maranhão indiciou Youssef, João, Marcão, Rafael e Adarico por corrupção e associação criminosa. No dia 24 de setembro, a Justiça decretou a prisão preventiva de João de Abreu, mas, em outubro, conseguiu que aquela fosse revogada e este saiu da prisão. No fim do ano, foram denunciados à Justiça a partir das informações da Lava Jato. Depois de entregar o dinheiro a Marcão, Youssef regressou ao seu quarto e esperou pela chegada da Polícia Federal. Naquela altura, Márcio Anselmo já tinha telefonado para o superintendente da PF no Maranhão. Para afastar qualquer risco de fuga de informação, o superintendente foi, pessoalmente, anunciar a detenção de Alberto Youssef às seis da manhã do dia 17 de março. Quando os polícias bateram à porta do quarto, ele entregou-se sem reação. Nem foi preciso algemá-lo. Tinha sete telemóveis na mala. Numa das suas empresas, a GFD Investimentos, foram encontrados mais 27 telemóveis na sua secretária. Alberto Youssef trabalhava com o que a PF chama de “telemóvel ponto a ponto”, um aparelho telefónico para falar apenas com uma determinada pessoa, o que dificultava a intercetção da polícia. Logo de início, a PF teria de fazer perícias a 34 aparelhos e a todas as aplicações para analisar a extensão da rede de contactos do cambista ilegal.

Ao conferir as imagens das câmaras do hotel dias depois, os polícias viram as filmagens em que Youssef deixa uma mala ao amigo Marcão. Também viram que, no dia da detenção, quase no fim da manhã, depois de todas as diligências da Polícia Federal terem acabado, Marcão saiu do hotel tranquilamente com a mala, entrou num táxi e desapareceu. A PF até conseguiu localizar o táxi branco que o levou, mas o motorista disse que não se lembrava do local onde tinha deixado o passageiro. Marcão regressou ao hotel por volta das 15h30, já sem a mala. Foi até ao quarto, depois desceu e entregou ao rececionista a caixa de vinho que levava debaixo do braço aquando do *check-in*. A caixa foi recolhida dias depois por um assessor da Casa Civil do governo do Maranhão, mas o dinheiro da mala nunca foi recuperado.

Marco Antônio só encerrou a conta às onze da noite daquele dia. Saiu sem ser incomodado. No dia seguinte, 18 de março, o governo do estado depositou mais uma parcela de 4,7 milhões de reais na conta da UTC/Constran. Algum tempo depois o governo maranhense divulgou uma nota de imprensa onde negava privilegiar a empresa no pagamento da rogatória e disse que tinha economizado 28,9 milhões de reais na operação.

Quando foi levado pela polícia, Youssef já sabia que teria de enfrentar o juiz federal Sérgio Moro. E tinha medo disso. “Eu sou homem que tem a coragem de mamar numa onça, mas o único homem de quem tenho medo neste mundo chama-se Sérgio Moro”, disse o cambista numa entrevista para este livro. Youssef já tinha sido julgado e condenado por Moro no passado. Conhecia bem a “caneta” do juiz. E, para piorar, desta vez a Polícia Federal e o Ministério Público Federal tinham conseguido reunir muitas provas contra ele.

Naquele primeiro dia da operação Lava Jato, Antônio Figueiredo Basto, advogado de Youssef há muitos anos, recebeu um telefonema às seis da manhã. “Quando toca o telefone a essas horas é porque há problemas, né? Já estou acostumado. A essa hora, o cliente avisa-me que está preso. Youssef estava a ser preso no Maranhão por ordem do Sérgio Moro. Estranhei: ‘Bolas, do Sérgio?’”, contou o advogado. Já na prisão, Alberto Youssef disse ao advogado que necessitava muito dele e explicou porquê: “Atenção, esta estória não é a que está a imaginar. É o maior processo da República. Vai rebentar no meio do Congresso. Vai derrubar a República.”

## **O COMEÇO DO FIM DE “PAULINHO”**

A 2253 quilómetros de São Luís, no Rio de Janeiro, o dia também começava tenso para outra personagem importante desta história: Paulo Roberto Costa. O ex-diretor de Abastecimento da Petrobras tinha recebido, recentemente, um carro de presente. De quem? De Alberto Youssef. A polícia queria saber o motivo do “mimo”. Por isso, foi procurá-lo cedo. O carro iria arranjar muitos problemas para os dois.

O nome de Paulo Roberto Costa surgiu quase por acaso. Não era um dos alvos dos primeiros pedidos de detenção da Lava Jato. No Natal de 2013, o comissário Márcio Anselmo estava com a família num local sem internet e resolveu ler um relatório sobre as contas de *e-mail* que Alberto Youssef usava. Numa delas, pauloioia58@hotmail.com, encontrou uma

fatura de um Range Rover Evoque, um carro de luxo que Youssef tinha acabado de pagar. O preço: 250 mil reais. O comissário achou estranho, porque o carro não estava no nome do cambista, mas sim no nome de um tal Paulo Roberto Costa. Parecia ser mais um cliente de Youssef. Poderia ser um testa de ferro, pensou.

Sem poder pesquisar, Márcio guardou a informação e só no regresso ao trabalho descobriu que se tratava de um ex-diretor da Petrobras.

Anselmo foi falar com o comissário Luciano Flores de Lima e mostrou a fatura.

— O que é que acha disto? Paulo Roberto Costa, ex-diretor da Petrobras... — perguntou Márcio.

— Youssef e Petrobras... será que há alguma ligação? O que é que o Youssef tem a ver com a Petrobras? — quis saber Luciano.

Desconfiado, Márcio Anselmo resolveu aprofundar a investigação sobre o carro comprado por Alberto Youssef para um ex-diretor da empresa estatal. Pediu a autorização da Justiça para apreender o veículo e ouvir Paulo Roberto num depoimento. Começava ali a queda do ex-diretor da maior empresa do Brasil... e de tudo o resto que o país viu, estarrecido, nos meses seguintes.

Por ironia do destino, os investigadores descobriram depois que o carro foi comprado por impulso. Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef estavam retidos no trânsito, em São Paulo, quando passaram em frente a um concessionário da Land Rover. Tranquilo depois de anos de esquemas, o ex-diretor estava mais descuidado. Numa entrevista para este livro, Paulo Roberto Costa contou o diálogo que teve com Alberto Youssef naquele dia:

— Gosto daquele Evoque. Um dia quero ter um carro assim — comentou Paulo Roberto.

— Um dia, não. Vamos comprá-lo agora. Vamos até ali ao concessionário — propôs Youssef.

Youssef estacionou. Paulo Roberto viu e aprovou a viatura.

— Eu pago o carro e descontamos do tal dinheiro — combinou o cambista.

O ex-diretor da Petrobras estava há mais de um ano reformado e achava realmente que aquilo não iria dar em nada. “O Youssef comprou, pagou, mandou blindar o carro e entregou-mo”, contou Paulo Roberto. “A minha mulher nunca gostou daquele carro. No dia em que o trouxe, ela percebeu, através do seu sexto sentido, que ia trazer-nos problemas. As mulheres têm esse dom.”

Marici, a mulher de Paulo Roberto, estava certa. Por causa daquele presente, a vida do seu marido iria mudar completamente. Primeiro, teria de prestar um depoimento à Polícia Federal. Era uma situação delicada. E, precisamente naquele momento, Paulo Roberto, assustado, cometeu um erro grave, que ajudou a definir o rumo desta história. Pediu a uma das filhas, Arianna, que fosse ao seu escritório de consultoria, a Costa Global, empresa que montou depois de ter saído da Petrobras, e que tirasse alguns documentos de lá.

Arianna ligou de seguida para a irmã, Shanni. As duas falaram com os maridos e correram até à sede da empresa, na Barra da Tijuca. Recolheram documentos e mais de 100 mil reais em dinheiro vivo. Por outras palavras, estavam a ocultar provas. E ainda correram o risco de dar de caras com a equipa da Polícia Federal. Isto porque os primeiros agentes de polícia chegaram à Costa Global antes dos familiares de Paulo Roberto, mas não conseguiram entrar no escritório e resolveram voltar a casa dele, também na Barra da Tijuca, para irem buscar a chave. Depois de a PF ter saído do prédio, as filhas e os genros de Costa chegaram — um desencontro digno de um argumento cinematográfico.

Ao regressar com as chaves do escritório para cumprir o mandado de busca e de apreensão, um agente perguntou, para seguir a rotina, se o chefe da segurança do prédio, Ardanny Brasil da Silva, tinha notado alguma movimentação estranha na sala 913 naquele dia. A resposta foi: “Sim.” Os polícias correram para a sala de controlo do sistema de segurança do prédio e viram as gravações feitas naquela manhã, mostrando as filhas e os genros a sair de lá com sacos cheios de papéis. As câmaras do condomínio Península Office tinham registado o crime de ocultação de provas. Na gravação, exatamente às 8h16 da manhã, Arianna Azevedo Costa Bachmann estaciona um carro preto em frente da portaria e sobe no elevador três com Márcio Lewkowicz, o seu marido, que leva apenas uma bolsa. Às 8h20 Márcio desce no elevador um com uma mochila e uma bolsa pretas e deixa-as no carro. Seria a primeira de quatro viagens. A essa hora, as câmaras registam a outra filha de Paulo Roberto, Shanni, e o marido dela, Humberto Mesquita, a chegar num carro branco. O casal sobe. Humberto desce, de seguida, e fica na porta do prédio, com um telemóvel na mão. Todos estavam apressados e demonstravam nervosismo. Márcio desce, dessa vez com um saco branco, que deixa no carro. Telefona para alguém e sobe de novo. Mais alguns minutos e volta a descer, agora no elevador quatro, com um saco claro. Fala com Humberto e

com a cunhada em frente ao prédio e o casal vai-se embora. Volta a subir ao escritório e desce com outra mochila preta. Deixa-a no carro e, sem nada nas mãos, sobe pela última vez. Desce logo depois com um saco grande. A mulher, ao lado, traz outros dois sacos, um castanho e um rosa. Márcio está sempre com o telemóvel na mão. Depois de colocar esses sacos no carro, o casal vai-se embora também. Toda a movimentação durou quase uma hora. As câmaras registaram a saída deles às 9h14. A polícia chegou pouco depois e descobriu tudo.

Sem saber o que se passava no seu escritório, Paulo Roberto Costa compareceu na sede da Polícia Federal para o seu primeiro depoimento no inquérito da Lava Jato. Estava mal-humorado e esperava sair dali o mais depressa possível. Tinha ainda muito poder remanescente da época em que era chamado de Paulinho em Brasília. A primeira pergunta da comissão designada para ouvi-lo foi:

— Qual é a sua atividade laboral?

— Atualmente trabalho na prestação de consultoria nas áreas de petróleo, gás, infraestruturas de um modo geral e petroquímica — respondeu Paulo Roberto. Quando a comissão perguntou se conhecia Alberto Youssef, Paulo Roberto disse que sim, desde o tempo em que estava em atividade na Petrobras, mas não mantinha negócios com ele.

— Quem os apresentou?

— Não me recordo — respondeu, acrescentando que só depois de se reformar, em 2013, foi procurado por Youssef para “prestação de serviços de consultoria em mercado futuro”.

— E o carro? — A agente referia-se ao Land Rover Evoque de 250 mil reais que Youssef lhe tinha comprado.

— O pagamento desse carro deveu-se a serviços efetivamente prestados após a minha reforma.

— Essa consultoria gerou algum tipo de relatório final? — quis saber a comissão.

— Pelo que me lembro, a consultoria fez-se, principalmente, por meio de reuniões presenciais e de debates verbais — respondeu o ex-diretor da Petrobras.

A comissão fez uma pergunta-chave:

— O senhor confirma que a Petrobras licitou uma obra na Refinaria Abreu e Lima, com o valor global de 8,9 mil milhões de reais, dividido entre cinco consórcios? Paulo Roberto respirou fundo e respondeu afirmativamente, que tinha conhecimento daquela licitação. Disse que, na

altura, era o diretor de Abastecimento da empresa estatal, mas explicou que o seu departamento não tocava nas licitações, isso era com a Diretoria de Engenharia. Quando a comissão citou a Camargo Corrêa pela primeira vez, Paulo Roberto informou que não participara na escolha das empresas que disputavam as licitações da Refinaria Abreu e Lima, afirmando em seguida que “em virtude do trabalho que desempenhei na Petrobras, conheço pessoas de todas as grandes empreiteiras/construtoras”.

A penúltima pergunta feita a Paulo Roberto Costa foi a seguinte:

— O senhor tem conhecimento do pagamento, a qualquer pessoa, de comissões feitas por Alberto Youssef em decorrência da licitação envolvendo o Consórcio Nacional Camargo Corrêa e/ou as obras da Refinaria Abreu e Lima?

— Não — respondeu Paulo Roberto.

A última era um prenúncio do que viria a acontecer:

— Já foi preso ou processado criminalmente?

— Nunca.

Algo que estava prestes a mudar. Mas não seria naquele dia.

Na casa de Paulo Roberto Costa, os policiais encontraram anotações detalhadas da ligação do ex-diretor de Abastecimento da Petrobras com grandes empreiteiras. A tabela, desenhada à mão, estava dividida em três colunas.

Na primeira havia uma relação de empreiteiras como a Mendes Júnior, a Iesa, a Engevix, a UTC/Constran, a Camargo Corrêa e a Andrade Gutierrez. Na segunda coluna, estava o nome do dirigente da empreiteira. Na última coluna, com o título “observações”, estavam anotadas frases como “Está disposto a colaborar”, “Já está a colaborar, mas vai intensificar + p/ campanha a pedido PR” e “Já teve conversa c/ candidato vai colaborar a pedido PR”. A investigação dava os primeiros sinais de que iria chegar a nomes de empreiteiros e políticos. O que não iria demorar.

Naquele momento, no entanto, a PF estava a lidar com uma situação mais urgente. Tinha de prender Paulo Roberto Costa. Além do carro oferecido por Alberto Youssef, a polícia tinha encontrado na casa dele uma grande quantidade de dinheiro vivo: mais de 180 mil dólares, 10 mil euros e 750 mil reais. O carro suspeito, a pequena fortuna em dinheiro e a ida das filhas ao escritório dele para ocultação de provas foram as razões pelas quais a PF pediu e Moro decretou a primeira detenção da vida de Paulo Roberto Costa, no dia 20 de março de 2014. Era a segunda fase da operação Lava Jato.

A detenção de Paulo Roberto a princípio era temporária, porque Moro decidiu dar um prazo para as provas reaparecerem. Como isso não aconteceu, decretou a prisão preventiva do ex-diretor da Petrobras. E escreveu na decisão: “O episódio da retirada de material, provas ou dinheiro do escritório profissional do investigado Paulo Roberto Costa na própria data da efetivação das buscas é um dos casos mais claros de perturbação na recolha de provas com os quais este Juízo já se deparou. Não há uma justificação lícita para o episódio e não há registo de que as evidências dissipadas foram recuperadas. Agrego o facto superveniente do esvaziamento das aplicações financeiras do investigado junto dos bancos, na busca de prevenir uma eventual ação da Justiça em sequestrá-las.” Para Moro, não passou despercebido o fato de que a mulher de Paulo Roberto tinha mexido nas aplicações da família depois de o marido ter sido detido.

As filhas e os genros de Paulo Roberto — Shanni, Arianna, Márcio e Humberto — foram, em seguida, formalmente acusados pelo Ministério Público Federal de atuar em conjunto com Costa, por terem destruído provas que documentariam crimes investigados pela Lava Jato. Estava aberto o primeiro processo contra a família Costa. Naquele momento, o ex-diretor ainda resistia à ideia de fazer uma denúncia premiada. A todos, investigadores e mensageiros do esquema de corrupção, dizia que nunca iria falar. Mesmo que tivesse de passar um bom período na prisão. A detenção de Costa estava a preocupar muita gente.

Paulo Roberto Costa trabalhou na Petrobras durante 35 anos. Entrou através de um concurso, em 1977, e começou a assumir cargos de direção a partir de 1995, ainda no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso. Antes de se tornar diretor de Abastecimento, em 2004, foi superintendente da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil, a TBG. Também já tinha comandado a Gaspetro e fora gerente da Unidade de Gás Natural da Petrobras. Costa afirmou num depoimento que foi no começo do governo Lula que conheceu o deputado federal pelo Paraná José Janene, líder do Partido Progressista na Câmara dos Deputados. Janene chamou-o para conversarem e disse-lhe que o tornaria diretor da Petrobras, mas em troca teria de levar em conta os pedidos do partido. Paulo Roberto aceitou.

Costa ficou na direção da Petrobras até 2012, durante todo o governo de Lula e numa parte do primeiro mandato de Dilma Rousseff. Ou seja, ao longo de oito anos foi responsável por várias obras da petrolífera. Conheceu de perto, praticamente, todos os grandes empreiteiros do país.

Foi uma personagem-chave de um imenso esquema de corrupção. Mas

isso ainda não tinha sido descoberto pelos investigadores da Lava Jato, que estavam no início do caminho. A investigação concentrava-se nele naquele momento. Em breve, a Polícia Federal faria buscas nas empresas de Paulo Roberto e até na sede da Petrobras, no Rio de Janeiro.

## **O ADN DO MENSALÃO, O “PRIMO” BETO E A ORIGEM DA OPERAÇÃO LAVA JATO**

Ninguém podia imaginar que aquele era o início da operação policial mais importante, reveladora e profunda dos últimos anos. Nem mesmo o comando da operação tinha ideia do que estava para vir. Na manhã da segunda-feira, 17 de março de 2014, no dia em que a operação Lava Jato ganhou as ruas pela primeira vez, o céu estava limpo em Curitiba, algo raro na chuvosa capital paranaense. Os investigadores acreditaram que era um bom presságio. As buscas estavam a ser bem-sucedidas. Apesar dos contratempos da madrugada, Alberto Youssef estava preso.

Naquele momento, andavam atrás dos cambistas ilegais. Já tinham identificado quatro núcleos criminosos, cada um deles alvo de uma investigação diferente. Existia a operação Lava Jato e mais três com nomes de filmes: Bidone, Casablanca e Dolce Vita. Bidone, que significa trapaça em italiano, era a operação que investigava Alberto Youssef, considerado por alguns comissários, naquela altura, o maior operador financeiro clandestino do Brasil. E tinha acabado de cair.

A sucessão de acontecimentos que levou à queda de Youssef começou em 2006, oito anos antes de a operação Lava Jato ter eclodido. O mensalão ainda estava a ser investigado e o líder do PP, José Janene, lutava no Congresso para não ter o seu mandato anulado perante as denúncias de que tinha recebido mais de quatro milhões de reais do esquema. Na sede do Ministério Público Federal do Paraná, em Curitiba, os procuradores receberam um alerta do COAF, o Conselho de Controlo de Atividades Financeiras, o órgão que monitoriza as transferências financeiras atípicas, de que assessores do deputado tinham feito movimentações suspeitas nas suas contas bancárias: depósitos fracionados e saques de dinheiro vivo.

O procurador Deltan Dallagnol, futuro coordenador do grupo de trabalho da Lava Jato no MPF, fez um pedido de investigação para a Polícia Federal em Londrina, no Paraná, onde Youssef morava. O comissário que ficou com este caso, Gerson Machado, há muito que desconfiava da ligação entre Youssef e Janene.

Gerson tentou conseguir provas, sofreu até ameaças, mas, em 2008, dois anos depois, a investigação ainda não tinha feito grandes avanços. Os procuradores do MPF que acompanhavam o caso iam propor oficialmente o seu arquivamento. Entretanto, chegou o primeiro golpe de sorte da Lava Jato. Chegou à PF a denúncia de que José Janene e alguns parentes estariam a lavar dinheiro por via de uma empresa do Paraná.

Um empresário chamado Hermes Magnus, ex-sócio de Janene, procurou a Polícia Federal e deu um depoimento fundamental para o início da Lava Jato. Hermes — nome dado na mitologia grega ao mensageiro dos deuses — contou aos investigadores que uma quadrilha comandada por José Janene tinha entrado na sua empresa e quase que acabara com o negócio. Tudo para lavar dinheiro. “Quando surgiu o Hermes, a história começou a clarear”, contou Gerson. A Dunel Indústria e Comércio, fabricante de produtos eletrônicos sediada em Londrina, estava a precisar de recursos para novos projetos, máquinas e equipamentos. Para dar um salto nos negócios, Hermes procurava investidores. Foi quando um conhecido indicou Janene, que tinha uma empresa chamada CSA. O que Hermes não sabia é que parte do dinheiro dessa empresa, segundo os investigadores, tinha vindo do mensalão.

No escândalo, Janene foi denunciado por ter recebido 4,1 milhões de reais de luvas, para ele e para o PP. Os investigadores suspeitaram que a CSA e a empresa de Hermes Magnus estavam a ser usadas para lavar parte desse dinheiro. Hermes contou que logo na primeira reunião o ex-deputado prometeu investir um milhão de reais no negócio, o que realmente fez, apesar de ter cobrado um preço alto por isso. Em troca, Hermes abriu as portas da Dunel a Janene, que se tornou seu sócio e passou a controlar o fluxo de caixa. Assim, nas palavras do Ministério Público Federal, o deputado poderia ocultar e dissimular a origem ilícita do dinheiro que seria injetado na empresa. Foi quando começaram as transferências bancárias.

No dia 20 de junho de 2008, foi feito o primeiro depósito, em dinheiro vivo, a partir de São Paulo, na conta da Dunel. Foram 28.804 reais para pagar os salários dos funcionários. Depois vieram outros depósitos, sempre em dinheiro vivo, de São Paulo e de Brasília, num ritmo frenético. Operações fracionadas, típicas de quem quer fugir da fiscalização, já que grandes quantias geram automaticamente comunicados aos órgãos de controlo. Para os investigadores, estava claro que era uma operação de lavagem de dinheiro. O investimento de mais de um milhão de reais de Janene aconteceu entre junho e novembro de 2008. A maior parte, 618.343 reais,

veio da empresa de Janene, a CSA. Os outros 537.252 reais foram depositados em Brasília, a partir das contas controladas pelo cambista ilegal Carlos Habib Chater, dono de um posto de gasolina, o Posto da Torre, que inspiraria, depois, o nome da operação.

O empresário contou que, nos sábados, o seu então sócio José Janene e os amigos faziam grandes churrascadas. “Todos os sábados de manhã era um ritual. O Janene vinha buscar-me, e levava-me no carro dele para a mansão, onde dava as suas festas e fazia churrascos, e toda a gente estava lá”, contou Hermes. Homem truculento, que sabia que ia morrer cedo por causa de um problema congénito no coração, José Janene não tinha papas na língua. Entre um petisco e outro, gabava-se de que somente ele e o ex-ministro José Dirceu poderiam derrubar o então presidente Lula.

Hermes percebeu que era um refém e tratou de avisar a Polícia Federal, que seguiu a denúncia. Com base nas suas informações, a PF abriu um novo inquérito, pediu a quebra do sigilo das empresas e confirmou a movimentação de dinheiro entre a Dunel, de Londrina, e o Posto da Torre, em Brasília. O posto fazia, também, operações suspeitas com outras empresas. A investigação parecia promissora, mas os meses iam passando e o inquérito ainda não tinha provas definitivas. Em setembro de 2010, José Janene morreu e o caso arrefeceu.

A investigação poderia ter morrido naquele momento. Não seria algo incomum no Brasil. E durante um bom tempo andou muito devagar. Até que, em abril de 2013, um novo caminho se abriu graças ao instinto policial da comissária Erika Mialik Marena, a pessoa que mais tarde batizaria a operação Lava Jato. Erika estava em Brasília a acompanhar outra investigação de crime financeiro, a operação Miqueias. Um dos principais suspeitos tinha um contacto estreito com o cambista Carlos Habib Chater, dono do Posto da Torre, que tinha enviado dinheiro para o Paraná a pedido de Janene. Ou seja, Chater ainda estava no ativo, o que chamou a atenção de Erika, que contou a história ao comissário Márcio Anselmo. Decidiram pedir uma intercetação aos telefones de Chater, o ponto de ligação entre as duas investigações. “Ao conversar com o Márcio sobre o que fazer, ele disse: ‘Olha, se eles continuam a lavar dinheiro, é uma oportunidade de aprofundar esta investigação e apanhar essa malta. Se, de facto, passou dinheiro sujo deles pelo Paraná, então vamos apanhá-los aqui’”, lembra Erika. Podia não dar em nada, mas não custava tentar. Fizeram o pedido. Estava a nascer a operação Lava Jato.

No posto de gasolina de Chater funcionavam uma pastelaria, uma

lavandaria e uma casa de câmbio. Mas não um “lava a jato”. Mesmo assim, a comissária Erika, que depois se tornaria a chefe da Esquadra de Repressão a Crimes Financeiros da PF do Paraná, decidiu registrar a investigação no sistema interno da Polícia Federal como Lava Jato. “Pensei em Lava Jato obviamente por causa do posto de combustível, que era uma lavandaria, e porque eu tinha a plena consciência de que não se tratava de uma coisa pequena. Não estavam a lavar uma coisa pequena, não estavam a lavar um carro. Se fosse comparar um carro e um jato, lavariam, obviamente, um jato. Não ficou a faltar um ‘a’ no “lava a jato”, foi uma brincadeira com a palavra”, conta Erika.

A intercetação aos telefones de Chater foi autorizada no dia 11 de julho de 2013, mas a Polícia Federal deparou-se com uma dificuldade: todas as linhas estavam em nome do posto de gasolina. Qual seria a que o cambista usava? Num determinado momento, um polícia ouviu, na escuta, um funcionário do posto dar uma informação a alguém sobre um número diferente, de outra operadora. O delegado Márcio resolveu investigar e não deu outra hipótese: havia fortes indícios de crime.

Para essa linha, Chater usava um BlackBerry. A PF sabia que os cambistas ilegais de Brasília usavam muito os aparelhos dessa marca para falarem de negócios pelo sistema de mensagens, o BBM. O BlackBerry de Chater começou a ser monitorizado a 28 de julho e, no mesmo dia, os agentes encontraram pistas de uma complexa estrutura de operadores do mercado paralelo de câmbio: quatro núcleos criminosos comandados por quatro grandes cambistas ilegais de dólares. Entre eles, estava Alberto Youssef. Mas não foi fácil chegar ao seu nome.

Nas conversas telefônicas, todos o chamavam de “primo”. A primeira mensagem do “primo” intercetada pela polícia era suspeita:

— Necessito comprar 10 mil cédulas de dinheiro. O senhor tem? — perguntou a Chater.

Mas quem era o “primo”? Ninguém descobria. Um dia, um jovem polícia recém-chegado, encarregado de ouvir horas e horas de escutas telefônicas, enviou por WhatsApp uma informação preciosa: o “primo” tinha sido chamado de “Beto” por um dos investigados. Foi um momento de descuido. Apenas um momento. Mas o suficiente para identificar o suspeito. Os comissários Erika, Márcio e Igor correram para a sala de escutas e aumentaram o som para ouvir melhor. Igor Romário de Paula tinha sido controlador de voo e conhecia a voz de Youssef desde os tempos em que ele era piloto e cruzava os céus do Paraná com mercadorias contrabandeadas.

Era ele. A voz era dele, tinha a certeza. Os três também tinham trabalhado no caso Banestado (Banco do Estado do Paraná) e ouvido centenas de ligações de Youssef. “Beto” era Alberto Youssef, uma personagem conhecida da Polícia Federal. A verificação de um endereço citado nas mensagens foi a confirmação final. Os delegados quase que não acreditavam. iam apanhar Alberto Youssef.

## VELHOS CONHECIDOS

A presença do cambista despertou ainda mais o interesse do juiz Sérgio Moro por este caso. Nessa época, Moro tinha voltado há pouco tempo para Curitiba, depois de uma temporada em Brasília. Durante o ano de 2012, atuara como juiz-auxiliar do gabinete da ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal. Fora chamado por dois motivos: para ajudar a ministra no julgamento do processo do mensalão e para coordenar um grupo que tratava de outros processos penais. A ministra Rosa Weber queria reduzir a pilha de processos penais do gabinete, herdados com a reforma da ministra Ellen Gracie. Moro deu conta das duas tarefas e ajudou-a a preparar pareceres que seriam seguidos por outros ministros no julgamento. Muito discreto, chegava pontualmente às 10h e saía às 19h. Não conversava sobre a vida pessoal com os funcionários, não fazia piadas. Almoçava no restaurante do tribunal em 20 minutos e voltava ao trabalho. Era um chefe justo e eficiente e tornou-se logo uma das pessoas no gabinete com maior acesso à ministra, que gostava de conversar com ele.

Natural de Maringá, no Paraná, Sérgio Fernando Moro é filho de professores e teve formação católica. Fez o ensino básico e o ensino secundário num colégio religioso e formou-se em Direito pela Universidade Estadual de Maringá. Foi estagiário num escritório de advocacia especializado em Direito Tributário. Passou no concurso de juízes aos 24 anos.

Começou a sua carreira em cidades do Sul, como Cascavel e Joinville, onde tomou o gosto pela área criminal. Desde 2003 que atua numa vara da Justiça especializada no combate a crimes de lavagem de dinheiro. Tem muita experiência no assunto. Gosta do ofício de combater crimes financeiros. Foi juiz de grandes casos, como a operação Farol da Colina e, principalmente, o escândalo do Banestado, considerado o maior esquema de evasão de divisas descoberto no Brasil, cujas cifras chegaram a 30 mil milhões de dólares. Só nesse processo, Moro condenou 97 pessoas, entre elas

Alberto Youssef. Também conduziu um grande processo contra o traficante Fernandinho Beira-Mar. A experiência adquirida com o passar dos anos levou-o a participar ativamente em iniciativas como a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro, grupo que reúne investigadores e agentes da Justiça. Moro até escreveu, em 2010, um livro sobre o tema, que se tornou referência no meio judiciário. No livro *Crime e lavagem de dinheiro*, defende reformas na Justiça para enfrentar o crime organizado: “A morosidade do sistema judicial brasileiro, com múltiplos recursos e até quatro instâncias de julgamentos, tem o condão de não raras vezes retardar indefinidamente a aplicação da lei penal, minando a efetividade e a confiança da sociedade no Estado de Direito.”

Há muito tempo que estudava a condução de grandes ações contra o crime organizado, como a operação Mãos Limpas, em Itália. Num artigo escrito dez anos antes do início da Lava Jato, Sérgio Moro conta como uma geração de jovens juízes conseguiu interromper uma onda crescente de corrupção em Itália nos anos noventa. Para Moro, a partir de uma ação judicial que, por coincidência, também começou numa empresa estatal de petróleo e atingiu vários partidos políticos, pôde ser criado um círculo vicioso. E, nessa história italiana, uma das lições mais importantes é a de que uma grande ação da Justiça contra a corrupção só será eficaz na democracia se tiver o apoio da opinião pública. Foi assim com a Mãos Limpas, sem dúvida uma das mais importantes cruzadas na luta contra a corrupção no mundo.

No começo de 2013, de regresso a Curitiba, Moro foi à tomada de posse do novo superintendente da Polícia Federal no Paraná, Rosalvo Franco.

— Há muito tempo que não temos uma operação financeira no nosso estado — comentou o juiz numa conversa com o comissário.

A gestão anterior não tinha dado prioridade a esse tipo de crime e a Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros ficara “esvaziada”, com os inquéritos quase parados.

— Vou dizer-lhe uma coisa. Não vou inventar a roda. Mas vou trazer para a esquadra pessoas que já trabalharam no setor — respondeu Rosalvo.

Isto fez toda a diferença. Em pouco tempo, os experientes comissários da polícia, especialistas em crimes financeiros, começaram a trilhar o caminho que os levaria até Alberto Youssef.

Youssef ainda não se tinha tornado famoso no Brasil inteiro, mas já era influente e poderoso no Paraná. Moro conhecia-o há muito tempo. Já havia mandado prender o cambista em 2003, no caso Banestado. Era um

dos operadores do esquema bilionário de evasão de divisas e, depois de alguns meses na prisão, fez um dos primeiros acordos de denúncia premiada da história do Brasil — homologado, precisamente, pelo juiz Sérgio Moro —, em que entregou uma série de cambistas e que prometeu afastar-se do mundo do crime. Era mentira. Para Sérgio Moro, foi uma decepção saber que Alberto Youssef voltara a infringir a lei. Não tinha aproveitado a hipótese de se recuperar ao fazer o acordo de denúncia premiada que o tirara da prisão em 2003. Agora Moro iria julgá-lo mais uma vez.

Naqueles dez anos, Youssef tinha ficado mais forte do que nunca. Não era só um simples cambista ilegal. Tinha crescido. Era um mega operador financeiro especializado em lavagem de dinheiro para políticos e empresas. Comandava várias organizações criminosas ao mesmo tempo. A PF calcula que, entre 2011 e o dia da sua detenção, Youssef tenha conduzido de modo consciente e voluntário mais de 3.500 operações de evasão de divisas do Brasil para o exterior. A soma dos valores ultrapassaria 400 milhões de dólares. Assim, ficou ainda mais rico. Comprou o apartamento onde morava, na Vila Nova Conceição, em São Paulo. Tinha dez carros de luxo em nome de terceiros, passeava-se em iates e pequenos jatos. Levava uma vida bem diferente da que teve em criança. Proveniente de uma família humilde, o menino irrequieto começou a trabalhar aos sete anos a vender salgadinhos no aeroporto de Londrina. “Comecei a vender pastéis, mas o filho da pasteleira deu-me um tiro de caçadeira no rosto. O chumbo está aqui até hoje. Depois disso, a minha mãe disse que eu não ia voltar para lá e passou a fazer salgadinhos para eu vender. Aí fui vender coxinha de frango. O aeroporto foi uma escola pra mim”, contou Youssef.

O aeroporto de Londrina, nos anos oitenta, noventa, era um lugar por onde passavam os maiores contrabandistas do Brasil. Lá, Youssef deu os primeiros passos no mundo do crime. Aprendeu, rapidamente, a pilotar aviões para entrar e sair do Paraguai com mais facilidade. Do contrabando foi para o mercado de câmbio e depois tornou-se cambista.

Mas, ao fim de alguns anos, cambista já não era a palavra que definia perfeitamente o que ele fazia para ganhar dinheiro. Desde a morte de José Janene, em 2010, que Alberto Youssef controlava quase sozinho o esquema de cobrar luvas nas obras da Petrobras e transferir o dinheiro para o Partido Progressista, o PP, que sustentava Paulo Roberto Costa na sua direção da empresa estatal. Estava próximo de empreiteiros e políticos poderosos, o que gerou ressentimentos em alguns dos seus antigos companheiros.

João Cláudio Genu, ex-chefe de gabinete da liderança do PP na Câmara,

também investigado no mensalão, chegou a mandar, no final de agosto de 2013, um *e-mail* ameaçador a Youssef para cobrar uma dívida antiga:

“Prezado, o que está a acontecer? Não tenho tido sucesso nas coisas que vc trata comigo. Não entendo muito bem porquê, sempre procurei respeitá-lo e considerá-lo. Ainda qdo o finado estava entre nós, a forma de aproximação era grande, o agrado era de toda a maneira, falava-se em amizade e tudo mais. Mas ele foi-se e tudo o que ouvia era da boca para fora. Vc aproximou-se do PR, não tenho ciúmes, mas sinto-me traído. Vc aproximou-se das pessoas boas e poderosas que lhe apresentei, tbn não sinto ciúmes, mas tbn me sinto traído. Tudo o que fizemos e que vc ficou de honrar o que me é de direito tem sido postergado há quase 2 anos. Não compreendo. Hoje está poderoso, cortejado por todos, resolve tudo para todos. Mas eu, não quero nada, só o que me é devido. Não consigo ter mais confiança em nada que é tratado comigo. Gostaria de avisar que não vou abrir mão de nada a que tenho direito e vou até às últimas consequências.”

Genu escreveu ainda que não dava de barato, porque achava tudo “uma grande sacanice”. No fim da mensagem, nova ameaça: “Lembre-se, qualquer problema é muito ruim, tanto p vc, qto p’ra mim. Vou até as últimas consequências. Não aguardo. JC genu.” Por levar uma vida intensa e sob forte pressão, Youssef sofreu um enfarte em setembro de 2013. Estava sozinho em casa, a tomar banho, quando se sentiu mal. Quase morreu. Costuma dizer que, se não morasse perto de um hospital, não teria resistido. “Ninguém me ajudou. Fui a conduzir até lá. Pensei que não queria morrer e que ia salvar-me. Foi uma angústia muito grande. Cheguei praticamente sem ar às urgências, nos últimos dois quarteirões não sei onde fui buscar o ar. Senti uma dor muito forte no peito, falta de ar e a mandíbula presa”, conta Youssef. Ficou dez dias internado no Hospital Albert Einstein, em São Paulo. Estava apenas com 37% da sua capacidade cardíaca. O médico recomendou repouso absoluto. O que não era uma opção para o cambista. Os pedidos de dinheiro não cessavam, mesmo com Youssef na cama de um hospital.

Um dia, Carlos Habib Chater ligou de um número novo e começou a falar. O telefone de Chater estava limpo, mas o de Youssef estava sob escuta

pela Polícia Federal. “Habib falava, falava, porque ‘tava crente que ninguém ia ter acesso ao telefone, que tinha acabado de trocar, só que não contava que o outro estava sob escuta. E o Youssef só dizia: ‘Ahã, ahã, pois é, sim... é... não, estou a recuperar, estou no hospital, está difícil, não sei...’”, conta um agente que ouviu a conversa. O polícia lembra como era incessante a exigência sobre Youssef: “Toda a gente lhe ligava a pedir dinheiro, ou a solução de alguma coisa. Diziam: ‘Que vida, oxalá que recupere ..., mas há aquele problema, aquele dinheiro.’ Como, meu filho, dá os teus pulos, o senhor ‘tá enfartado, mas ninguém tem nada a ver com isso, tem de continuar a trabalhar.” O mega operador necessitava de alimentar o esquema. Tornara-se uma engrenagem.

Não podia parar. Naquele telefonema, o amigo Chater — que, assim como ele, seria preso meses depois na Lava Jato — ainda comentou que estava desconfiado de que a Polícia Federal estava a montar uma nova operação.

Na operação Miqueias, em 2013, a PF apanhou um esquema de desvio dos fundos de reforma dos funcionários de vários municípios e prendeu alguns conhecidos deles, mas os dois não foram incomodados. Chater foi bem claro ao falar dos seus temores: “Eu ‘tou a achar que há outra [investigação] em andamento, percebeu? Porque não tem lógica, porque fiz muitas operações! Eu acho que há outra operação paralela, percebeu?” Youssef não quis estimular o assunto, disse apenas “Ahã” como resposta e desligou. Sabia que, mais dia, menos dia, seria preso e teria um preço alto a pagar.